



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

ATA

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE
2025.

Presidência do senhor deputado Felipe Leitão.

– PRESIDENTE –

Secretário o senhor deputado Cicinho Lima 1º.

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária; além dos membros da Mesa acima mencionados, registraram presença os Senhores Deputados: Adriano Galdino/REP, Anderson Monteiro/MDB, Bosco Carneiro/REP, Branco Mendes/REP, Camila Toscano/PSDB, Chico Mendes/PSB, Chió/REDE, Cicinho Lima/PL, Cida Ramos/PT, Danielle do Vale/REP, Delegado Wallber Virgolino/PL, Dr. Romualdo/MDB, Dr. Taciano Diniz/UNIÃO, Drª Jane Panta/PP, Drª Paula/PP, Eduardo Carneiro/SD, Fabio Ramalho/PSDB, Felipe

Leitão/PSD, Francisca Motta/REP, Galego Souza/PP, George Moraes/UNIÃO, Gilbertinho/UNIÃO, Hervázio Bezerra/PSB, Inácio Falcão/PCdoB, João Gonçalves/PSB, João Paulo Segundo/PP, Júnior Araújo/PSB, Jutay Meneses/REP, Luciano Cartaxo/PT, Márcio Roberto/REP, Michel Henrique/REP, Sargento Neto/PL, Tião Gomes/PSB e Tovar/PSDB. Deixaram de comparecer, com faltas justificadas, os Senhores Deputados: Eduardo Brito/SD e Tanilson Soares/PSB. Havendo número regimental, o senhor Presidente, "invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Em seguida, o presidente concedeu a palavra ao deputado Sargento Neto, que leu a passagem bíblica, secretariou os trabalhos e leu o Expediente em mesa. Retomando a palavra, o Presidente colocou em votação a dispensa da leitura da ata da sessão anterior (6ª sessão ordinária), bem como a votação da redação final das proposições aprovadas naquela sessão, sendo ambas as proposições aprovadas sem restrição. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente. O primeiro a fazer o uso da palavra foi o deputado Delegado Wallber Virgolino, que criticou a falha na tipificação de condutas (algumas criminosas), ressaltando que crimes como o estouro de bancos com explosivos não são adequadamente punidos, nesse aspecto, destacou a falta de segurança jurídica no país e apontou que a justiça não era aplicada de maneira equitativa. Além do mais, criticou o investimento de recursos públicos no Estado da Paraíba, mencionando o lançamento da "Sala Lilás" por uma senadora paraibana. Segundo ele, o principal fato gerador da violência era o tráfico de drogas, por conta disso o Estado deveria destinar mais recursos ao seu combate. O parlamentar afirmou ainda que há um número desproporcional de delegacias especializadas no atendimento à mulher em relação às delegacias de repressão ao tráfico de drogas, o que evidencia uma falha na política de segurança. Encerrou seu uso da palavra,

defendendo que as mulheres merecem respeito e proteção, mas que investimentos públicos em segurança pública devem ser feitos de forma eficaz, eficiente e efetiva. Na sequência, o deputado Sargento Neto utilizou a tribuna para alertar sobre a violência no Estado, relatando um assalto ocorrido em Campina Grande, onde vigilantes reagiram com coragem para defender o patrimônio privado. Ele ressaltou a fragilidade da legislação penal e a desigualdade na aplicação da justiça, comparando as penas de assaltantes de banco com a de uma mãe e cidadã que, segundo ele, sofreu uma condenação desproporcional pelo Supremo Tribunal Federal. Questionou a imparcialidade da Corte e criticou a ausência de manifestações de grupos de direitos humanos sobre o caso. Por fim, lamentou a politização de parte do judiciário e reforçou a necessidade de um sistema penal mais justo. Em seguida, o deputado João Gonçalves usou da palavra, manifestando-se contra a troca de nomes de escolas e bairros no Estado sem uma consulta popular. Destacou que a história deve ser preservada e argumentou sobre a mudança de nomenclatura, o que pode gerar transtornos burocráticos e notariais, assim, defendeu que tais decisões sejam submetidas a plebiscitos para ouvir a população. Por sua vez, a deputada Francisca Mota, no uso da tribuna, relatou sua participação, junto à deputada Daniele, no Encontro da Mulher Republicana em Brasília, nesse sentido, destacou a relevância do evento que reuniu vereadoras e prefeitas para debater temas importantes. Em resposta ao deputado Delegado Wallber Virgolino, ela defendeu a criação da "Sala Lilás", argumentando que se tratava de mais um equipamento de suporte às mulheres vítimas de violência. Ressaltou que tais iniciativas são fundamentais para oferecer acolhimento, orientação psicológica e assistência jurídica. Concluiu o uso da palavra, afirmando que era necessário investir cada vez mais na proteção das mulheres. Falou, em seguida, o deputado Júnior Araújo, que celebrou a abertura do processo licitatório para a pavimentação da rodovia PB-411,

que interliga Cajazeiras a Santa Helena e São João do Rio do Peixe. Destacou a importância da obra para a mobilidade e desenvolvimento da região, beneficiando produtores locais e comerciantes, nesse aspecto, frisou a comemoração dos 75 anos da Escola Profissional Monte Carmelo, localizada em Cajazeiras e ressaltou o papel dela na educação, bem como na formação de cidadãos ao longo das últimas décadas. Em sequência, de maneira remota, discursou o deputado Dr. Romualdo. Com a palavra, fez os cumprimentos de praxe, pontuou a respeito do aumento do ICMS sobre combustíveis, isso sem a isenção da cesta básica, e cobrou mais celeridade em obras de infraestrutura hídrica no interior do estado. Denunciou, ainda mais, o abandono de escolas técnicas estaduais, ressaltando problemas estruturais graves. Parabenizou a cidade de Sumé pelo aniversário e convidou para uma exposição local. Finalizou o uso da palavra, defendendo a educação como base e meio de evolução das pessoas. Logo, foi à tribuna o deputado Luciano Cartaxo. Com a palavra, fez as saudações habituais e elogiou o governador João Azevedo, bem como, o secretário de Educação, Wilson Filho, pela implementação do passe livre para estudantes da rede estadual, destacando seu impacto na redução da evasão escolar e no alívio financeiro das famílias. Sob tal aspecto, ressaltou a necessidade de expandir essa política para outros estados. Nesse sentido, mencionou a chegada de 60 ônibus acessíveis e elétricos para a cidade de João Pessoa, argumentando que isso deveria refletir na redução do custo da passagem para os trabalhadores. Dando continuidade, fez uso da palavra o deputado George Moraes. Em seu discurso, cumprimentou como de costume e criticou o governo estadual pela Medida Provisória, uma vez que aumenta o ICMS sobre combustíveis na Paraíba. Nesse ínterim, manifestou-se contrário a ela, alegando prejuízo ao consumidor e convocou os parlamentares a rejeitarem a proposta. Finalizou o uso da palavra, convidando para a Expo Sumé, destacando os investimentos no

agronegócio local. Ato contínuo, o Presidente registrou a presença da vereadora Monique Marinho, do município do Conde, apoiando, dessa forma, à causa dos direitos dos autistas e dos neurodivergentes e, em seguida, convidou o deputado Dr. Taciano Diniz para fazer uso do seu tempo regimental. Com a palavra, saudou a todos e alertou sobre os acidentes causados por animais soltos nas rodovias, defendendo um projeto para recolhimento e punição dos responsáveis. Cobrou, ainda mais, a retomada da pavimentação da rodovia PB-370, abandonada pela empresa contratada. Em finalização do uso da palavra, manifestou pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Motta Filho, ex-prefeito da cidade de Campina Grande. Em uso da palavra, o deputado Chico Mendes mencionou a Cavalgada de São José de Marimbás e parabenizou os organizadores do evento, citou outros episódios de sua agenda na última semana, parabenizou o governo por estar colocando a Paraíba no rumo certo. A deputada Dra. Paula salientou a importância da prevenção do câncer do colo do útero, informou que o SUS fornece a vacina contra o HPV, que é o grande precursor do câncer de colo do útero, esclareceu que a sala lilás que foi entregue no município de João Pessoa é prova de que se precisa de educação na questão da violência de gênero. Em seguida, o deputado Cicinho Lima justificou sobre as moções que serão apresentadas pela mesa são de três pessoas envolvidas na cultura. O deputado Hervázio Bezerra informou que o governador anunciou o calçamento de seis quilômetros de estrada na cidade de Bananeiras, incentivando uma das áreas mais produtivas da cidade, fomentando também o turismo. Dando continuidade, o deputado Eduardo Carneiro mencionou um debate para discutir a erosão costeira e sua alegria em retomar as sessões itinerantes da Frente Parlamentar de Empreendedorismo, Turismo e Inovação, citou a agenda com as reuniões previstas nos próximos meses. Dando continuidade, o Presidente, deputado Adriano Galdino, assumiu seu lugar e deu início a

Ordem do Dia. Em seguida, convidou o deputado Cicinho Lima para ler a pauta. Com a palavra, o deputado Cicinho leu o item 1 da pauta: Medida Provisória. MEDIDA PROVISÓRIA 336/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera o Anexo da Lei nº 12.512, de 28 de dezembro de 2022, que incorpora à legislação tributária estadual o Convênio ICMS 199/22, e o Anexo da Lei nº 12.840, de 26 de outubro de 2023, que incorpora à legislação tributária estadual o Convênio ICMS 15/23, com as alterações trazidas pelos Convênios ICMS 23/23 e 64/23, e dá outras providências. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Deputado Chico Mendes como relator especial. Com a palavra, o deputado Chico Mendes afirmou que a Paraíba, assim como todo o Brasil, participou de uma assembleia do CONFAZ, na qual os 27 estados da federação decidiram, por unanimidade, unificar o ICMS. Ele ressaltou que essa não foi uma escolha individual da Paraíba ou de seu governo, mas sim uma determinação geral. Segundo ele, a questão já estava definida pela legislação federal e pelo CONFAZ, órgão regulador responsável. Por fim, destacou que, como se trata de uma decisão unânime e de cumprimento obrigatório, seu voto é pela aprovação. O Presidente Adriano Galdino anunciou que o deputado Chico Mendes votou a favor da medida e abriu a discussão para outros parlamentares, concedendo a palavra ao deputado George Moraes. O deputado George Moraes reiterou os argumentos que já havia apresentado anteriormente, discordando da posição de Chico Mendes. Ele afirmou que os paraibanos não compreendem nem aceitam o aumento de impostos e contestou a alegação de que a Paraíba teria sido obrigada a seguir a decisão do CONFAZ. Segundo ele, o estado tinha a possibilidade de se manifestar contra o reajuste, mas, por determinação do governador, votou a favor do aumento de 10 centavos no ICMS da gasolina e 6 centavos no diesel. O deputado criticou a postura do governo estadual, mencionando aumentos anteriores do ICMS e a recusa em zerar impostos sobre itens da cesta

básica, diferentemente de outros estados nordestinos, como o Piauí. Para ele, a medida prejudica os consumidores paraibanos, que não aceitarão mais esse ônus. Por fim, defendeu que a desoneração dos combustíveis aliviaria o impacto financeiro sobre a população e declarou seu voto contrário à medida provisória. Depois, o deputado Delegado Wallber Virgolino criticou as constantes alterações na legislação por meio de medidas provisórias e acusou o governo de transferir a responsabilidade pelo aumento de impostos ao CONFAZ. Ele argumentou que, ao mesmo tempo em que eleva a carga tributária, o governo contrai sucessivos empréstimos, persegue empresários e concede reajustes irrisórios aos servidores públicos. O parlamentar questionou a destinação dos recursos arrecadados, alegando que faltam investimentos em áreas essenciais como segurança, saúde e educação. Segundo ele, o governo alega falta de verba para melhorias na infraestrutura e na remuneração de profissionais, mas continua aumentando impostos e contraindo novas dívidas. O deputado Virgolino também criticou a recente viagem do governador a Portugal, afirmando que seu objetivo seria demonstrar capacidade financeira para obter mais empréstimos, sem que houvesse progresso concreto na Paraíba. Por fim, o deputado acusou o governador de estar mais focado em ambições políticas para 2026 do que em governar o estado e pediu que os demais parlamentares freassem suas ações. Ele antecipou seu posicionamento contrário à medida e declarou seu voto contra. Continuando, o deputado Anderson Monteiro afirmou que sempre votou contra o aumento de impostos e criticou a constante apresentação de projetos, bem como medidas provisórias que elevavam as alíquotas, destacando a contradição do governo ao aceitar aumentos rapidamente, mas demorar para analisar ou implementar reduções, especialmente no ICMS aplicado à cesta básica. Ele mencionou que, enquanto outros estados já adotaram medidas para diminuir esses impostos, na Paraíba a proposta era

aumentar a carga tributária, o que, segundo ele, prejudicava os contribuintes. Assim, lamentou a postura do Poder Executivo, que nunca apresentou iniciativas para reduzir os impostos, e reafirmou seu voto contrário. Com a palavra, o deputado Dr. Romualdo alinhou-se à posição de Anderson Monteiro e criticou a falta de sensibilidade do governador da Paraíba em reduzir o ICMS da cesta básica, diferentemente de governadores de outros estados que já haviam tomado atitudes nesse sentido. Ressaltou que, embora o aumento do ICMS favorecesse o governo em termos de arrecadação, prejudicava a população, e concluiu declarando seu voto contrário ao aumento do imposto. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao deputado Sargento Neto que destacou a complexidade do texto da medida provisória, afirmando que era necessário traduzir seus termos jurídicos para que a população entendesse claramente que se tratava de um aumento na arrecadação do governo estadual. Ele rejeitou a justificativa de que a decisão teria sido imposta pelo CONFAZ e alertou sobre o impacto do reajuste, que, segundo ele, geraria um efeito cascata, elevando os preços dos produtos essenciais até o consumidor final. Além disso, lembrou que tanto ele quanto o presidente da Casa já haviam solicitado a redução do ICMS sobre produtos da cesta básica, mas, em vez disso, o governo optou por aumentar impostos, prejudicando as classes mais vulneráveis. Em seguida, a deputada Camila Toscano reforçou o argumento de Sargento Neto sobre o efeito cascata do aumento do ICMS, explicando que o reajuste na gasolina e no diesel inevitavelmente encareceria o transporte e, conseqüentemente, os preços dos produtos para os consumidores. Ela especificou os valores dos aumentos, destacando que o ICMS do diesel e biodiesel subiria para R\$ 1,12, enquanto o do GLP e derivados do gás natural chegaria a R\$ 1,39. Camila também criticou a contradição do governo estadual, que alegava dificuldades financeiras para reduzir impostos, ao mesmo tempo em que afirmava que a Paraíba vivia

um período de prosperidade e alta arrecadação. Finalizou antecipando seu voto contra o aumento do imposto, alinhando-se à posição da oposição. Ato contínuo, o Presidente da Assembleia, deputado Adriano Galdino, colocou em discussão o relatório especial do deputado Chico Mendes. Sem mais manifestações, o relatório foi submetido à votação e aprovado por maioria, com nove votos contrários. Em seguida, iniciou-se a votação do mérito da Medida Provisória 336/2024, que altera a Lei 12.512, referente ao ICMS. Durante o processo, o deputado Delegado Wallber Virgolino solicitou a verificação de quórum. O presidente então convocou os parlamentares que estavam fora do plenário para comparecerem e garantirem a contagem de quórum antes da próxima propositura. A votação prosseguiu, com os deputados favoráveis à medida, permanecendo como estavam, e os contrários manifestaram-se. Após a verificação de quórum, seguiu-se a pauta para a Medida Provisória 337/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dispõe sobre a criação de cargo de provimento efetivo de Analista de Infraestrutura, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator, deputado Chico Mendes, dá parecer pela aprovação. O deputado Adriano Galdino colocou em discussão o parecer pela aprovação da medida provisória, que foi votado e aprovado. Em seguida, abriu a discussão. O deputado George Moraes, líder da oposição, solicitou a palavra para destacar que a medida provisória previa a criação de 470 cargos de analista de infraestrutura, com provimento efetivo por meio de concurso público, conforme declarado pelo governador. Ele afirmou que a oposição acompanharia atentamente o processo para garantir um certame justo e transparente, permitindo que os aprovados conquistassem seus cargos por mérito. Concluiu o uso da palavra, dizendo que, caso o concurso ocorresse dentro das normas, a oposição não se oporia ao provimento das vagas, mas reforçou seu compromisso com a fiscalização. Ainda em discussão, o

deputado Anderson Monteiro ressaltou o desrespeito do Poder Executivo em relação à Casa Legislativa ao criar cargos por meio de medida provisória, enfatizando que esse mecanismo deveria ser utilizado apenas em situações de urgência. Ele destacou que a criação de 470 cargos, que demandaria concurso público e planejamento, não justificaria o uso desse instrumento excepcional. Assim, o deputado criticou a prática recorrente do governo de encaminhar medidas provisórias em vez de projetos de lei, impedindo a análise pelas comissões e o devido debate parlamentar. Segundo ele, o que deveria ser uma exceção tem se tornado uma regra. Diante disso, o deputado registrou seu repúdio a essa forma de atuação do governo estadual. Em seguida, o presidente da sessão, deputado Adriano Galdino, colocou a medida provisória 337/2024 em votação. Não havendo mais debates, a proposta foi aprovada por maioria dos deputados presentes.

2. MEDIDAS PROVISÓRIAS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA URGÊNCIA E RELEVÂNCIA – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES.

342/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO. Institui o Programa Passe Livre Estudantil, e dá outras providências. O relator especial, deputado Chico Mendes, proferiu parecer pela aprovação pela Urgência e Relevância. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade.

3. VETOS – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA ABSOLUTA: VOTANDO SIM O DEPUTADO REJEITA O VETO, APROVANDO O PROJETO, E VOTANDO NÃO, ACEITA O VETO, REJEITANDO O PROJETO.

197/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 2.946/2024, de autoria do Governador do Estado, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2025, e dá outras providências". PARECER DA COMISSÃO ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PELA REJEIÇÃO DO VETO PARCIAL. Relator especial, o Presidente Adriano

Galdino, rejeitou parcialmente o veto, mantendo emendas impositivas dos deputados como legais. Em discussão, o deputado Jutay Meneses reiterou o parecer do presidente a respeito do tema, o deputado Chico Mendes, pediu para que mantivesse a pauta da forma que estava exposta pela comissão. Em seguida, a deputada Cida Ramos teceu críticas a respeito de alguns equívocos nas emendas e informou que votaria pela forma como foi conduzida pela comissão e pelo Sr. Presidente. O Presidente pediu encaminhamento aos líderes: o deputado George Moraes, líder da oposição, que votou pela rejeição parcial do veto; e ao deputado Chico Mendes, líder do governo, que também votou pela rejeição parcial do veto. Em votação, o Presidente pediu autorização ao plenário para que se realizasse a votação por aclamação, permissão concedida, veto rejeitado parcialmente nos termos da comissão de orçamento, mantendo as emendas impositivas dos deputados válidas dentro do orçamento da Paraíba. – 117/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1309/2023 de autoria do Deputado Eduardo Carneiro, que “Estabelece diretrizes para a Promoção de Educação Inclusiva e Desenvolvimento de Talentos para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação nas escolas do Estado”. RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE ← PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. Relator especial, o deputado Anderson Monteiro, manifestou voto contrário ao veto. Em discussão, não houve uso da palavra. O Presidente pediu encaminhamento aos líderes: o deputado George Moraes que votou sim pela rejeição do veto; e ao deputado Chico Mendes, que votou não pela manutenção do veto. Em votação, o Presidente encaminha votação para que fosse mantido o veto. Com 18 votos não, 8 sim e 1 abstenção, veto mantido. 145/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Veto Parcial por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 1.128/2023 de autoria do Deputado Felipe Leitão, que "Dispõe sobre plano

estadual de atendimento educacional para pessoas com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade no estado da Paraíba e dá outras providências". ← RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE
← PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO PARCIAL. Relator especial, o deputado Anderson Monteiro, manifestou seu voto pela derrubada do veto. Em discussão, não houve uso da palavra. O Presidente pediu encaminhamento aos líderes: o deputado Chico Mendes votou não pela manutenção do veto e o vice-líder, deputado Anderson Monteiro, votou sim pela derrubada do veto. Em votação, o Presidente encaminha votação para que fosse mantido o veto parcial. Com 17 votos não e 8 sim, o veto foi mantido. 4. PROJETOS DE LEI – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO – QUÓRUM: MAIORIA SIMPLES: – 3.924/2025 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera a Lei nº 10.861, de 17 de março de 2017, que estabelece critérios para a regularização de terrenos pertencentes à CEHAP remanescentes de projetos habitacionais e que não serão destinados aos futuros projetos habitacionais da empresa; e revoga a Lei 11.216, de 19 de outubro de 2018. ← REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA ← DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Chico Mendes, que votou pela aprovação do projeto. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 3.962/2025 – DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Altera o quadro dos cargos efetivos da carreira do Ministério Público da Paraíba, previsto na Lei nº 11.189/2018. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Bosco Carneiro como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 858/2023 – DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO – Dispõe sobre a cooperação e o

compartilhamento de imagens captadas por sistemas de vídeo monitoramento, com os órgãos de segurança pública do Estado da Paraíba, na forma que especifica. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Michel Henrique como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 973/2023 – DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO - Assegura à pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), assento preferencial na rede de transporte público estadual. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 922/2023 – DO DEPUTADO JOÃO BOSCO CARNEIRO - Classifica o município de Alagoa Grande como a “Capital Paraibana do Ritmo e do Forró”, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão o parecer, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 1.099/2023 - DO DEPUTADO DR. ROMUALDO - Institui o Programa de Capacitação e Formação de Profissionais na Área de Energia Solar, no âmbito do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Sargento Neto como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por

unanimidade. 1.366/2023 - DA DEPUTADA JANE PANTA - Institui o mês "Maio Vermelho de conscientização e prevenção de doenças cardiovasculares". PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a deputada Camila Toscano como relatora especial. Relatora proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, a deputada Jane Panta usou a palavra para tecer esclarecimentos a respeito do teor da matéria, pedindo a compreensão de todos os parlamentares para que o projeto não sofra possível veto. Também usou a palavra o deputado Chico Mendes, assim, teceu elogios para o projeto, enaltecendo a importância da matéria e tranquilizando a deputada autora de que teria o apoio do governo para aprovação. Em votação, aprovado por unanimidade. 1.490/2023 - DO DEPUTADO DR. TACIANO DINIZ - Fica incluído no calendário turístico e cultural do estado da Paraíba a "Festa de São Francisco de Assis" realizada em outubro no município de Aguiar – PB. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Bosco Carneiro como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, usaram a palavra os deputados Branco Mendes e Chico Mendes, os quais convergiram elogios para a matéria e solicitaram subscrição. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.089/2024 - DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Institui o Programa de Atendimento Geriátrico no Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Michel Henrique como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso

da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.114/2024 - DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Assegura o direito da pessoa portadora do Transtorno do Espectro Autista – TEA à livre acesso e permanência em estabelecimentos públicos e privados, de portar alimentos para consumo próprio e objetos de uso pessoal no Estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Chico Mendes como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, o Deputado autor Júnior Araújo usou a palavra para esclarecer a matéria, explicou e enalteceu a importância de sua aprovação, justificou a necessidade do livre acesso devido à seletividade alimentar que o autista possui. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.263/2024 - DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO - Institui o Dia Estadual dos Heróis da Polícia Militar. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Sargento Neto como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.493/2024 - DO DEPUTADO GALEGO SOUZA - Declara integrante do patrimônio histórico, cultural e Imaterial do Estado da Paraíba a “ESCADARIA DA PENHA”, localizada no município de João Pessoa, e dá outras providências. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Branco Mendes como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso

da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 2.992/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS – Dispõe sobre a vacinação domiciliar das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado da Paraíba. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado a deputada Dra. Paula como relatora especial. Relatora proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. 3.677/2025 - DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Enrique Ricardo Lewandowski, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao fortalecimento da democracia, à moralidade pública e à segurança jurídica no Brasil. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Designado o deputado Bosco Carneiro como relator especial. Relator proferiu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, não houve uso da palavra. Em votação, parecer aprovado por unanimidade. Em discussão o projeto, não houve uso da palavra. Em votação, aprovado por unanimidade. A deputada Dra. Paula destacou a importância do projeto do presidente Adriano Galdino, ressaltando que, na sexta-feira, tiveram a honra da presença do ministro Lewandowski na Paraíba. Relatou que o ministro participou de uma sessão com o governador João Azevedo, a senadora Daniela Ribeiro e o prefeito Cícero Lucena, reforçando a relevância das ações contra a violência em desfavor das mulheres. A deputada enfatizou a inauguração da Casa Lilás, uma iniciativa da senadora Daniela Ribeiro, que contribui para o enfrentamento da violência em todo o Brasil. Ela expressou gratidão ao ministro e reforçou a colaboração entre os três poderes na defesa das mulheres. Concluiu o uso da palavra,

agradecendo ao ministro da Justiça, destacando a importância do apoio para essa causa. O senhor presidente, deputado Jutay Meneses, agradeceu à deputada e ressaltou a importância da humildade no ser humano, destacando a capacidade de reconhecer um erro e se corrigir. Ele se referiu à fala do ministro Lewandowski, que havia feito uma colocação infeliz sobre a segurança pública e os policiais, acusando-os de prender mal. Proferiu que, no entanto, o ministro recuou e pediu desculpas por sua declaração. O presidente enalteceu essa atitude de retratação e informou que o projeto já estava aprovado, dando sequência aos trabalhos com o deputado Sargento Neto, que, segundo ele, concordava com a sua posição.

3.725/2025 - DO DEPUTADO CHICO MENDES. Concede o título de Cidadão Paraibano ao ilustre senhor José Gilmar Battistuzzi, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. O deputado Michel Henrique, relator da matéria, pediu maiores esclarecimentos sobre a pessoa de José Gilmar. O deputado Chico Mendes explanou que o cidadão citado possui bastantes serviços relevantes prestados ao estado da Paraíba. O deputado Michel Henrique, portanto, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado. O presidente deputado Jutay Meneses proferiu que todos devem se manter em plenário, visto que será instalada uma comissão especial pelo presidente da Casa, deputado Adriano Galdino. **1.011/2023 – DO DEPUTADO BOSCO CARNEIRO** – Institui a Rota Turística “Lajedos do Cariri” no Estado da Paraíba. O deputado Michel Henrique, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação e parabenizou o deputado João Bosco por ressaltar o turismo no interior da Paraíba e pediu para subscrever o projeto. O deputado João Bosco relatou que o deputado Michel Henrique é o co-autor do projeto. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado.

1.342/2023 - DO DEPUTADO EDUARDO CARNEIRO - Dispõe sobre diretrizes para a criação de política pública para o desenvolvimento do Sistema de Mapeamento das Mulheres Técnicas, Artistas e Produtoras Culturais da Paraíba e dá outras providências. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado. O secretário, deputado Sargento Neto, fez a leitura das inclusões na pauta da Ordem do Dia: 77/2023 e 54/2023, ambas do deputado Delegado Walber Virgolino e o 363/2025, do deputado Michel Henrique. **PROJETO DE RESOLUÇÃO 363/2025 - DO DEPUTADO MICHEL HENRIQUE** - Concede a Comenda Verde ao Professor Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias. O deputado Bosco Carneiro, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO 54/2023 - DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO** - Dispõe sobre a concessão da Medalha Eptácio Pessoa ao Senhor Jorge José Rodrigues da Costa. O deputado Sargento Neto, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado. **PROJETO DE RESOLUÇÃO 77/2023 - DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO** - Dispõe sobre a concessão da Comenda Talento Esportivo Desportista Genival Leal de Menezes ao Técnico Vinicius Oliveira. O deputado Sargento Neto, relator da matéria, proferiu parecer pela aprovação. Em discussão o parecer, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação o parecer, aprovado. Em discussão o projeto, aprovado. Em seguida, o 1º secretário, deputado Sargento Neto, leu o Ato da Presidência, Nº 22, que constitui a Comissão Especial. Declarou que a mesma comissão é composta por sete deputados titulares, igual ao número de suplentes, membros titulares e membros suplentes. Proferiu que os

membros titulares são os deputados(as): Danielle do Valle, Jutay Meneses, Tião Gomes, Felipe Leitão, Branco Mendes, Camila Toscano e Anderson Monteiro. Declarou ainda que os membros suplentes são os(as) deputados(as): Francisca Motta, Bosco Carneiro, Chico Mendes, Chió, João Gonçalves, George Morais e Dr. Taciano. O deputado Jutay Meneses pediu aos membros dessa comissão especial, a qual irá relatar proposta de emenda à Constituição número 18, para tratar da alteração do artigo 64 da Constituição do Estado. Em seguida, declarou que chegou à Mesa a sugestão para que ele possa presidir a presente comissão. Em votação, aprovado por unanimidade pelos membros da comissão. Em seguida, proferiu que chegou a sugestão da vice-presidência para a deputada Camila Toscano. Em votação, aprovado por unanimidade pelos membros da comissão. Na sequência, o presidente Jutay Meneses retornou à pauta da Ordem do Dia. O deputado Chico Mendes destacou os projetos 19.280/2025 e o 19.289/2025 do item 9 e o projeto de informação 207 do item 7. Em seguida, o presidente deputado Jutay Meneses colocou em votação em bloco o itens 6,7,8 e 9. O deputado Sargento Neto declarou que há 2 projetos para inclusão: o 19.540 que requer ao colegiado a audiência pública para que seja agendado e discutido o plano, o PCCR dos servidores do DETRAN, do deputado Michel Henrique; e o 19.537, moção de aplauso ao policial militar sargento Flávio César, piloto de bravura por salvar pessoas de um vazamento de gás, também do deputado Michel Henrique. O deputado Michel Henrique registrou, de forma breve, e deu as boas-vindas à presença do ex-prefeito de Tavares, o Dr. Ailton Suassuna, que se encontrava na galeria. Ele expressou grande honra com a presença do ex-prefeito, destacando seu trabalho constante em prol da população de Tavares e de toda a região. Ressaltou também a competência de Dr. Ailton como médico e o seu trabalho excepcional na área da medicina. O deputado finalizou dizendo que a Casa do povo era também a casa de Dr. Ailton. Em

seguida, foi colocado em discussão os itens 6,7,8 e 9, não houve quem quisesse discuti-los. Em votação os itens 6,7,8 e 9, exceto os destaques e as matérias de deputados ausentes, aprovados. Logo após, o presidente deputado Jutay Meneses finalizou a presente sessão. O inteiro teor da reunião foi gravado e filmado, e as notas taquigráficas, após decodificadas e revisadas, poderão ser consultadas, na íntegra. A presente ata, após aprovada, será assinada e encaminhada à publicação no Diário do Poder Legislativo da Paraíba. João Pessoa, Sala das Sessões, 25 de Março de 2025.



DEP. FELIPE LEITÃO

PRESIDENTE



TOVAR CORREIA LIMA
Deputado Estadual

1º SECRETÁRIO